



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Diretoria Financeira

Ofício nº 02/2021

Boquim, 04 de janeiro de 2021.

AUTORIZO!

Em ____/____/2021.


FERNANDO VITÓRIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Boquim

Senhor Presidente,

Tendo em vista a necessidade de informatizar e aperfeiçoar os serviços desta Casa Legislativa, vimos, por intermédio deste, solicitar de Vossa Senhoria autorização para encaminhar à Comissão Permanente de Licitação pedido de abertura de processo de Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93, visando à contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal, para exercício de 2021, cujo valor mensal está orçado em R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) totalizando o valor global de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), e cuja despesa correrá por conta da seguinte classificação orçamentária:

- UO: 101 – Câmara Municipal de Boquim
- Ação: 2001 – Manutenção da Câmara Municipal
- Classificação de Despesa: 3390.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: 10010000

Atenciosamente,


Diretoria Financeira

Ao Ilmo. Sr.
FERNANDO VITÓRIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Boquim/SE




ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

DECLARAÇÃO SOBRE AUMENTO DE DESPESA

Declaro, para fins do disposto no **Inciso II** do **Art. 16** da **Lei Complementar nº. 101**, de 04 de maio de 2000 (*Lei de Responsabilidade Fiscal*), que o aumento da Despesa decorrente do presente procedimento licitatório tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e é compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias/2021.

Boquim, 04 janeiro de 2021


Fernando Vitorio dos Santos
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Diretoria Financeira

DECLARAÇÃO SOBRE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Declaro, para os fins do disposto no **Inciso I** do **Art. 16** da **Lei Complementar nº. 101**, de 04 de maio de 2000 (*Lei de Responsabilidade Fiscal*), que a estimativa de impacto orçamentário-financeiro da contratação pretendida, sobre a Previsão de Repasse para o exercício de 2021, em que ocorrerá a despesa do presente procedimento licitatório, é a seguinte:

$$IC = \frac{VEC \cdot X \cdot 100}{ROF} = X \%$$

IC – Índice de comprometimento orçamentário-financeiro da despesa;

VEC – Valor estimado da contratação p/ este exercício;

ROF – Previsão de repasse orçamentário-financeiro anual relativo à fonte de recurso

X – Percentual obtido.

$$IC = \frac{38.400,00 \cdot X \cdot 100}{2.373.000,00} = 1,61 \%$$

Boquim, 04 de janeiro de 2021.

Abel Luiz de Azevedo
Diretor Financeiro



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM**

CONTRATO nº 02/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM, E, DO OUTRO, A EMPRESA AGSISTEMAS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA., DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM, inscrita no CNPJ sob nº 32.765.885/0001-06, localizada no Parque Citrícola Governador João Alves Filho, s/n - Centro, neste Município, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representada pelo seu Presidente o Sr. **Fernando Vitório dos Santos** e a Empresa **AGSISTEMAS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.497.198/0001-11, sediada à Rua São Cristóvão nº 1514 - Bairro Getúlio Vargas, na Cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Representante Legal, o Sr. **Joélio Rocha**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor - Contrachequê, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar - Licitação e Contratos; Módulo Gestor - Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web - folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística - Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal, de acordo com as especificações constantes da Inexigibilidade de Licitação e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços serão executados pela **CONTRATADA**, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM**

O pagamento será efetuado em parcelas mensais de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Prestação de Serviços.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, perante o FGTS - CRF, além da CNDT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Os preços serão fixos e irreajustáveis, durante o período de 12 (doze) meses. Caso o Contrato venha a ser prorrogado, o valor poderá vir a ser reajustado, mediante acordo entre as partes, com base na variação do INPC, e desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 65, §8º da Lei nº. 8.666/93.

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2021, contado a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

A CONTRATADA deverá efetuar, obrigatoriamente, a execução dos serviços descritos na sua Proposta, e outros que se fizerem necessários durante a execução do contrato, devendo iniciar os mesmos num prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), contadas a partir da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal de Boquim, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- UO: 101 - Câmara Municipal de Boquim
- Ação: 2001 - manutenção da Câmara
- Classificação de Despesa: 3390.40.00-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: 10010000



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES
(art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução dos serviços, será de responsabilidade da Contratada;
- A CONTRATADA deverá executar os serviços descritos no presente Contrato e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela empresa.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessário s à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência desta.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência do Contrato.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

I - advertência;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos da Inexigibilidade de Licitação que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariam o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 ficará designado servidor nomeado em portaria específica apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Boquim, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.


E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

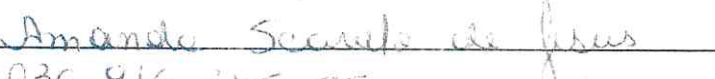
Boquim /SE, 04 de janeiro de 2021.


Fernando Vitorio dos Santos
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE


Joélio Rocha
Agistemas Comércio de Informática Ltda.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - 
CPF 008.694.783-11

II - 
CPF 036.936.375-85



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
PORTARIA Nº 20 /2021

DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato, para atuarem no Contrato mencionado, no âmbito da Câmara de Boquim.

O Presidente da Câmara Municipal de Boquim, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), e

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público, nos termos do disposto nos art. 58, inc. III e art. 67, e seus parágrafos, ambos da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados, durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO, também, que as principais atribuições dos Gestores de Contratos são:

I - Gerenciar a parte administrativa da execução contratual, no intuito de que o contrato transcorra de forma regular;

II - Indicar, quando houver, a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços;

III - Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo Projeto Básico ou Termo de Referência, com a antecedência mínima necessária à realização da nova contratação;

IV - Conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais;

V - Quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultar, em tempo hábil, sobre o interesse na prorrogação da mesma e, em havendo, promover a respectiva prorrogação;

VI - Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e devolução de prazos, submetendo-as à autoridade competente;

VII - Informar a área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de acréscimos, supressões ou outras alterações no objeto do contrato e promover as respectivas alterações;

VIII - Propor à Autoridade Competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato e realizar esse processo;

IX - Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

CONSIDERANDO, ainda, que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

- I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;**
- II - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;**
- III - Indicar as eventuais glosas das faturas;**
- IV - Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;**
- V - Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato;**
- VI - Registrar todas as ocorrências, qualitativas e quantitativas, relacionadas com a execução do contrato pelo qual for responsável, prestando nos autos os esclarecimentos que se fizerem necessários;**
- VII - Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 8.666/93, com suas alterações.**

CONSIDERANDO, no mais, que com essas disposições, são normatizados os procedimentos relativos à gestão e fiscalização dos contratos, no âmbito desta Câmara, contrato a contrato;

CONSIDERANDO, por fim, o estabelecimento de atribuições inerentes ao Gestor e Fiscal de Contratos, aqui previstas;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para atuar como Gestor e Fiscal de Contrato, exercendo todas as atribuições aos mesmos inerentes e designadas em Legislação pertinente e nesta Portaria, no âmbito da Câmara de Boquim, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

- I - Camila Andrade Santos – CPF 072.937.885-33 – Gestora do Contrato;**
- II - Andrielle Alves Andrade - CPF 073.013.725-23 – Fiscal do Contrato.**

Art. 2º - Os servidores designados atuarão no âmbito do Contrato nº 02/2021, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021.

Parágrafo único. Constituem-se como dados complementares:

Contratado	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato
Agistemas Comércio de Informática Ltda. CNPJ 04.497.198/0001-11.	Contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha	Da data da assinatura do contrato até 31/12/2021.




ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

	financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011.	
--	--	--

Art. 3º - Dê-se ciência aos interessados e se autue no respectivo processo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data e terá validade durante toda a vigência contratual.

Boquim/SE, 04 de janeiro de 2021.


Fernando Vitorio dos Santos
Presidente



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 02/2021

OBJETO: Contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal.

CONTRATADO: AGSistemas Comércio de Informática Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

PRAZO: da data da assinatura até 31 de dezembro de 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 101 – Câmara Municipal de Boquim; Ação: 2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Classificação de Despesa: 3390.40.00–Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

; Fonte de Recursos: 10010000

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, *caput*, da Lei nº. 8.666/93.

RATIFICADO EM: 04/01/2021.

Boquim, 04 de janeiro de 2021.

Fábio Hugo Viana Andrade
Presidente da CPL



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Comissão Permanente de Licitação

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento às atribuições desta Comissão Permanente de Licitação e às disposições do art. 26 da Lei nº 8.666/93, o Extrato da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor - Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar - Licitação e Contratos; Módulo Gestor - Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web - folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística - Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal, foi afixado no Quadro de Avisos desta Câmara Municipal, em local visível ao público, a partir desta data, para conhecimento de todos.

O referido é verdade!

Boquim, 04 de janeiro de 2021.


Fábio Hugo Viana Andrade
Presidente da CPL



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM**

EXTRATO

CONTRATO nº 02/2021

PROCEDIMENTO LICITATORIO: Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021.

OBJETO: contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal.

CONTRATADO: AGSistemas Comércio de Informática Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

PRAZO: da data da assinatura até 31 de dezembro de 2021

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: UO: 101 – Câmara Municipal Boquim; Ação: 2001 – Manutenção da Câmara Municipal; Classificação de Despesa: 3390.40.00–Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 10010000.

NOTA DE EMPENHO: _____

Boquim, 04 de janeiro de 2021.

Fernando Vítório dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Boquim



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Comissão Permanente de Licitação

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento às atribuições desta Comissão Permanente de Licitação e em atendimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, o Extrato do Contrato nº 02/2021, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2021, celebrado entre esta Câmara Municipal e a empresa AGSistemas Comércio de Informática Ltda., cujo objeto é a contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor - Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar - Licitação e Contratos; Módulo Gestor - Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web - folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística - Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal, foi afixado no Quadro de Avisos desta Câmara Municipal de Boquim, em local visível ao público, a partir desta data, para conhecimento de todos.

O referido é verdade!

Boquim, 04 de janeiro de 2021.


Fábio Hugo Viana Andrade
Presidente da CPL



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Diretoria Financeira

COMUNICAÇÃO INTERNA S/N

Boquim, 04 de janeiro de 2021.

DA: *Diretoria Financeira*

PARA: *Comissão Permanente de Licitação - CPL*

Estamos encaminhando, para as providências cabíveis no tocante à realização de procedimento licitatório, solicitação para contratação de empresa visando à contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal, devidamente autorizado, juntamente com proposta e documentação pertinente, além da respectiva classificação orçamentária.

Outrossim, considerando-se a necessidade da referida prestação de serviços, solicitamos que se proceda aos trâmites necessários com a maior brevidade possível.

Marcelo Laurentino Rego
Diretoria Financeira



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
PODER LEGISLATIVO**

**PORTARIA Nº 16/2021
DE 04 DE JANEIRO DE 2021**

**DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL,
PARA ATUAR EM LICITAÇÕES, NO
ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
BOQUIM. REVOGAÇÃO DA PORTARIA
01/2021**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 51, e seus parágrafos, da Lei Federal nº8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para atuar como Comissão Permanente de Licitação - CPL, exercendo todas as funções inerentes à mesma e designada em legislação pertinente, no âmbito da Câmara Municipal de Boquim os servidores abaixo relacionados, com as devidas funções:

II. FÁBIO HUGO VIANA ANDRADE, CPF de nº 798.420.975-87 -
PRESIDENTE

I. CAMILA ANDRADE SANTOS, CPF de nº 072.937.885-33 -
SECRETÁRIA

III. ANDRIELLE ALVES ANDRADE, CPF de nº 073.013.725-23 -
MEMBRO

Parágrafo único - Na ausência ou impedimento do Presidente, será o mesmo substituído pelo Secretária PRISCILA ISABELLA BRITO NASCIMENTO, o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titulas.

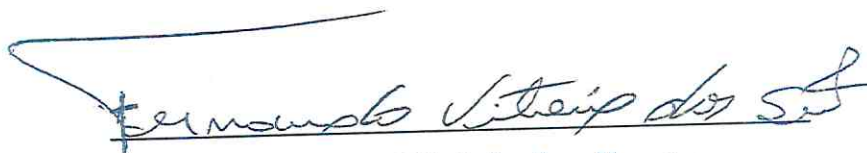
Art. 2º - O Presidente, ou seu substituto, fica devidamente autorizado a convocar, conforme especificidade técnica o objeto da contratação ou sua respectiva documentação, outros servidores da Câmara Municipal, técnicos da área, para fazer análise das propostas e documentação apresentada.

Art. 3º - Será concedida gratificação mensal de 30% (trinta por cento) a cada integrante da CPL, conforme disposição legal da Lei Municipal nº 588, de 16 de julho de 2009.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 12 (doze) meses, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Fica revogada a portaria 01/2021, em virtude de exoneração do Funcionário José Roberto Fernandes Chaves.

Boquim-Sergipe, 04 de janeiro de 2021



Fernando Vitorio dos Santos
Presidente



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Comissão Permanente de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 02/2021

JUSTIFICATIVA

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Boquim, instituída pela Portaria nº 16, de 04 de janeiro de 2021, vem apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação para a contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal.

Sabe-se que esta Câmara Municipal de Boquim, por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime porque utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou, principalmente, possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso!). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A Legislação infraconstitucional aponta inexigibilidade, onde se deflue do *caput* do artigo 25, que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, *caput*, determina que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Analisando-se, agora, o requisito exigido para se configurar a inexigibilidade nesses moldes, qual seja a inviabilidade, vê-se que o objeto que se pretende contratar – implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal – preenche o mesmo.

O licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Comissão Permanente de Licitação

Módulo AGFolha web - folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística - Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/201, para esta Câmara Municipal é exclusividade, pois trabalha um sistema de gestão e precisa ser implantado nesta Câmara através do fornecimento da licença de uso (consultoria, treinamento e instalação) suporte técnico e serviços de manutenção mensal; o trabalho prevê a utilização de diagramas, relatórios, gráficos, planilhas, sistematização de informações com a atualização sobre dados, rotina de consolidação de informações, integração com fontes de dados heterogêneas e demais funcionalidades disponibilizadas somente por meio da automação de sistemas de informação especialistas e específicos para as respectivas áreas, integradas à área administrativa.

É imperioso ressaltar que a criação e a implantação de todo objeto em análise é de exclusividade da empresa citada abaixo e proporcionará excelência no atendimento dando celeridade, eficiência e qualidade nos trabalhos desenvolvidos por esta Câmara.

Ante ao exposto, culmina a inviabilidade de competição, o que caracteriza e autoriza a utilização do instituto da inexigibilidade de licitação, posto que a concorrência é inviável face à exclusividade da Empresa na prestação desse serviço para o fornecimento desses sistemas de caráter personalíssimo e à incapacidade de comparação objetiva.

Assim, vencido o requisito necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa AGSistemas Comércio de Informática Ltda. não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, no dispositivo enumerado na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta, além de ser a detentora da criação e licenciamento dos programas.

2 - Justificativa do preço - Os preços apresentados pela AGSistemas Comércio de Informática Ltda. estão estabelecidos de acordo com os preços praticados pela mesma no mercado e permanecem inalterados. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem adquiridos encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os padrões de mercado estabelecidos e praticados no âmbito comercial pelas empresas de software, além do que, convém ressaltar, preços justos e dentro de parâmetros aceitáveis. No mais, vale frisar que, mesmo sendo inexigível a licitação para a contratação, de qualquer sorte ainda assim seria a mesma dispensável, em função do seu valor, como se vê.

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais) sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

- UO: 101 - Câmara Municipal de Boquim
- Ação: 2001 - Manutenção da Câmara Municipal
- Classificação de Despesa: 3390.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: 10010000

Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando a necessidade precípua do Poder Público em atender a legislação, cumprir com os prazos legais e manter, no Órgão Público Municipal, a organização, padronização e integração dos procedimentos de todos os setores, e a importância e a obrigatoriedade da contratação dos aludidos serviços, já que ficou comprovado que, somente através de sistemas informatizados específicos, o volume de dados, a precisão, a frequência e a qualidade das informações exigidas pela legislação poderão ser obtidas;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Comissão Permanente de Licitação

Considerando que a AGSistemas Comércio de Informática Ltda. é a empresa que oferece uma solução completa e integrada de sistemas informatizados para a Administração Pública Municipal, observadas, neste caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas pela mesma;

Considerando que os sistemas e serviços oferecidos pela AGSistemas Comércio de Informática Ltda. representam uma alternativa pertinente, pois, já foram testados e utilizados com sucesso comprovado, não só por este Órgão Público Municipal, mas, por muitos outros. Portanto, sua contratação no uso dos sistemas e serviços demonstra eficiência por parte desta Câmara Municipal;

Considerando que a AGSistemas Comércio de Informática Ltda. é a detentora dos programas e que possui equipe de técnicos capacitada e infraestrutura completa com equipamentos, veículos, telefones, além de escritório preparado para o atendimento e treinamento dos servidores;

Finalmente, porém não menos importante, diante de todas as razões acima expostas, opina a Comissão Permanente de Licitação pela contratação direta dos serviços da Proponente - AGSistemas Comércio de Informática Ltda.- sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente desta Câmara Municipal, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica suso aludida.

Boquim, 04 de janeiro de 2021.


Fábio Hugo Viana Andrade
Presidente da CPL


Camila Andrade Santos
Secretária


Andrielle Alves Andrade
Membro

Ratifico!
Em 04 / 01 /2021.


Fernando Vitorio dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Boquim



**ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
Comissão Permanente de Licitação**

Ofício s/nº

Boquim, 04 de janeiro de 2021.

Senhor Assessor:

Em atendimento ao preceito disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, estamos encaminhando, para análise e Parecer dessa Assessoria Jurídica, processo referente à Inexigibilidade de Licitação, com a Justificativa competente, e respectiva minuta de Contrato, visando à contratação de empresa para implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor – Contracheque, Ficha financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo Aglicitar – Licitação e Contratos; Módulo Gestor – Contabilidade Pública; Módulo AGFolha web – folha de pagamento, RH adequado ao e-social, Módulo Aglogística – Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, para esta Câmara Municipal.

Atenciosamente,


Fábio Hugo Viana Andrade
Presidente da CPL

À
Assessoria Jurídica
Câmara Municipal
Boquim/SE



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

PARECER JURÍDICO 02/2021 - DEPARTAMENTO JURÍDICO

PARECER JURÍDICO - Inexigibilidade de Licitação para Contratação de empresa para implementação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal. Processo de Inexigibilidade n.º 02/2021 - CPL/CMB.

RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta jurídica formulada pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Boquim, nos autos **do procedimento de inexigibilidade de licitação n.º 02/2021**, sobre a possibilidade de contratação de **Contratação de empresa para implementação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento de uso de software de Gestão Pública AGPortal denominados: Módulo Portal do Servidor - Contracheque, Ficha Financeira, recadastramento e cadastro para e-social; Módulo AGFolha web - folha de pagamento, RH adequado ao e-social; Módulo Aglogística - Almoxarifado, Patrimônio e Compras, licença de uso mensal de software Portal da Transparência, Licença de uso mensal de software Módulo Agdiário de atendimento a Lei de acesso a informação n.º 12.527/2011, para esta Câmara Municipapl ;**

2. Os autos vieram instruídos com os seguintes documentos:

- a) *Ofício n.º02/2021 do Diretor Financeiro da Câmara, em que solicita a contratação dos serviços, com as devidas justificativas;*
- b) *Justificativa da CPL;*
- c) *Despacho informando a existência de dotação orçamentária para contratação;*
- d) *Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira do Ordenador;*
- e) *Autorização de abertura do processo administrativo de inexigibilidade de licitação;*
- f) *Portaria n.º16 de 04 de Janeiro de 2021, nomeando a Comissão Permanente de Licitação daquela Casa de Leis;*
- g) *minuta do contrato;*
- h) *projeto básico e proposta;*



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

i) Autuação do Processo Licitatório pela CPL, com posterior consulta a esta Assessoria Jurídica sobre a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, ocasião que foi encaminhada minuta do contrato.

3. Posteriormente, os autos vieram a esta Assessoria Jurídica Municipal por **forma do art. 38, inciso VI, e Parágrafo Único, da lei 8666/93**. É o breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

4. O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, bem como se é caso de inexigibilidade de licitação, mas esta assessoria jurídica não adentrará em aspectos técnicos e econômicos, bem como ao juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida.

5. A inexigibilidade de licitação é utilizada em casos que houver inviabilidade de competição, tratando-se de ato vinculado em que a administração não tem outra escolha, senão contratar, ocasião que a lei de licitações estabeleceu hipóteses legais em rol exemplificativo, como podemos observar na letra da lei, ao estabelecer o termo: “em especial”, com posterior apresentação de três hipóteses.

6. Passando ao estudo da fundamentação legal da inexigibilidade de licitação, prevista no artigo 25 da lei de licitações, nos deparamos com a seguinte determinação:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver **inviabilidade de competição, em especial:**

II - para **a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

7. Ora, a lei faz remissão ao artigo 13 onde estão mencionados vários desses serviços. Neste sentido, entendemos que aí estão incluídas as assessorias ou consultorias técnicas;

8. Ademais, a lei apresenta como requisitos para contratação, como ensina o doutrinador JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, em seu Manual de Direito Administrativo, 23ª edição, páginas 293-294, o seguinte sobre tais requisitos:

a) Serviços Técnicos Especializados. “O Serviço é técnico quando sua execução depende de habilitação específica”.

b) Notória Especialização. “aqueles que desfrutam de prestígio e reconhecimento no campo de sua atividade. A Lei considera o profissional ou a empresa conceituados em seu campo de atividade. Tal conceito deve ter vários aspectos, como estudos, experiências, publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica e outros do gênero.”

c) Natureza Singular. “Serviços singulares são os executados segundo características próprias do executor.” Neste ponto, o autor cita EROS ROBERTO GRAU que afirma: “singularidade são os serviços porque apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa. Por isso mesmo é que singularidade do serviço está contida no bojo da notória especialização.”

9. Acertado é o entendimento do doutrinador, eis que o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO sumulou a matéria com o seguinte enunciado:

SÚMULA Nº 039/TCU

A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

10. No caso dos autos, estamos diante de consulta sobre a possibilidade de contratação de Assessorias e Consultorias técnicas para atender a necessidade da Câmara Municipal, ocasião que as premissas apresentadas acima levam a concluir ser perfeitamente possível a contratação de tais serviços;

11. Todavia, a escolha deverá recair sobre profissional ou empresa com habilitação específica, dotada de estudos, experiências, publicações, desempenho anterior, aparelhamento, organização, equipe técnica ou outros do gênero que ateste notória especialização, bem como o serviço seja de natureza singular, ou seja, próprias do executor e com grau de confiabilidade do profissional ou empresa;

12. Por tais razões, esta assessoria jurídica entende ser caso de se proceder à inexigibilidade de licitação, com obediência ao apregoado no art. 26, da lei 8666/93, vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM

13. Ora, a CPL deverá observar as formalidades do parágrafo único do dispositivo de lei citado, devendo, ainda, ocorrer as comunicações necessárias para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo legal, como condição para a eficácia dos atos.

14. Quanto à minuta do contrato apresentado, entendo que está em **conformidade com o disposto no artigo 55 da Lei de Licitações, eis que verificando seu conteúdo estão presentes todas as cláusulas necessárias a todo contrato administrativo.**


CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, o fundamento usado para contratar tem previsão legal no art. 25, inciso II, da Lei de Licitações, atendidos os critérios definidos na Súmula 39 do TCU, em conformidade com a doutrina citada, que apresenta detalhamento dos requisitos necessários à contratação, **sou pela legalidade do processo licitatório em apreço**, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação, com observância do rito previsto no art. 26 do mesmo dispositivo legal, inclusive realizando as publicações de praxe na imprensa oficial para eficácia do ato.

16. **Quanto à minuta do contrato apresentada, está em conformidade com a lei de licitações, nos termos deste parecer.**

È o parecer, salvo melhor juízo;
À consideração superior.

Boquim/SE 04 de janeiro de 2021


Maykem Hilton Soares Viera
Advogado OAB/SE 7.149
Departamento Jurídico da CMB